



**Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

**CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E  
TRANSPORTE A ATERRO DE RESÍDUOS URBANOS, LIMPEZA URBANA, NO  
CONCELHO DE MARCO DE CANAVESES**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**CLÁUSULAS GERAIS E JURÍDICAS**



## Câmara Municipal de Marco de Canaveses

### ÍNDICE

I.	Disposições Gerais.....	4
	Artigo 1.º Objeto .....	4
	Artigo 2.º Contrato .....	4
	Artigo 3.º Prazo .....	5
	Artigo 4.º Gestor do Contrato .....	5
II.	Obrigações Contratuais .....	6
	Artigo 5.º Obrigações principais do Adjudicatário .....	6
	Artigo 6.º Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato .....	7
	Artigo 7.º Transferência da propriedade.....	7
	Artigo 8.º Forma de prestação do serviço.....	8
	Artigo 9.º Conformidade e garantia técnica.....	8
	Artigo 10.º Confidencialidade e proteção de dados pessoais.....	9
	Artigo 11.º Patentes, licenças e marcas registadas.....	11
	Artigo 12.º Requisitos sustentáveis mínimos.....	11
	Artigo 13.º Preço base.....	11
	Artigo 14.º Condições de pagamento .....	12
	Artigo 15.º Revisão de Preços .....	13
	Artigo 16.º Fatura Eletrónica.....	14
III.	Penalidades Contratuais e Resolução .....	14
	Artigo 17.º Penalidades contratuais.....	14
	Artigo 18.º Força maior .....	15
	Artigo 19.º Resolução por parte do Município de Marco de Canaveses .....	16
	Artigo 20.º Resolução por parte do Adjudicatário .....	16
	Artigo 21.º Subcontratação e cessão da posição contratual.....	17
	Artigo 22.º Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante .....	17
IV.	Caução e Seguros .....	17
	Artigo 23.º Execução da caução .....	17
	Artigo 24.º Seguros.....	18
V.	Disposições Finais.....	19
	Artigo 25.º Outros encargos.....	19



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

---

Artigo 26.º Resolução de Litígios.....	20
Artigo 27.º Comunicações e notificações.....	20
Artigo 28.º Contagem dos prazos.....	20
Artigo 29.º Legislação Aplicável .....	20

### **ANEXO**



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

---

### **CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE A ATERRO DE RESÍDUOS URBANOS, LIMPEZA URBANA NO CONCELHO DE MARCO DE CANAVESES**

#### **CADERNO DE ENCARGOS CLÁUSULAS GERAIS E JURÍDICAS**

#### **I. Disposições Gerais**

##### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de recolha e transporte a aterro de resíduos urbanos e limpeza urbana no concelho de Marco de Canaveses

##### **Artigo 2.º**

##### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Caso se verifiquem, os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Caso se verifiquem, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Caso se verifiquem, os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

---

### **Artigo 3.º**

#### **Prazo**

1. O Adjudicatário obriga-se a executar todos os serviços objeto do presente concurso, com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos, durante o prazo de 10 (dez) anos a contar da data da assinatura do Contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

2. O Contrato poderá ser renovado anualmente pelo período adicional de 3 (três) anos. A renovação será automática, exceto se for denunciado por qualquer das Partes por carta registada com aviso de receção remetida com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência em relação ao seu termo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato

3. A verificar-se a prorrogação do prazo de duração do Contrato, haverá lugar a revisão de preços nos termos do artigo 300.º do CCP, para cada ano em que se verificar a prorrogação e de acordo com o estabelecido no artigo 15.º deste Caderno de Encargos.

### **Artigo 4.º**

#### **Gestor do Contrato**

4. Será nomeado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato, aquando da assinatura do mesmo, tendo como função o acompanhamento da sua execução nos termos descritos do CCP.

5. Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções que sejam definidas por cada contraente público, o gestor do contrato deve elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados ao contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

6. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devem comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

7. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 290.º-A, n.º 7 do CCP, o gestor do contrato subscreverá a declaração de inexistência de conflitos de interesse antes do início de funções.

8. O gestor de contrato será identificado no Contrato a ser celebrado entre as Partes.



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

---

### **II. Obrigações Contratuais**

#### **Artigo 5.º**

##### **Obrigações principais do Adjudicatário**

**1.** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a)** Executar os trabalhos que lhe forem adjudicados, tal como descrito nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b)** Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- c)** Prestar as informações que forem solicitadas pelo Município de Marco de Canaveses;
- d)** Comunicar antecipadamente dos factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, nos termos do Contrato;
- e)** Prestar de forma correta e fidedigna das informações referentes às condições em que é prestado o serviço, bem como a prestação de todos os esclarecimentos que sejam solicitados;
- f)** Não ceder a sua posição contratual no contrato celebrado com o Município de Marco de Canaveses, sem autorização deste;
- g)** Comunicar qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do Contrato e que altere, designadamente, a denominação social ou os seus representantes legais.
- h)** Entregar com 48 horas de antecedência à data de início do contrato, toda a documentação de segurança necessária para que seja atribuída autorização de entrada nas instalações do Município de Marco de Canaveses. No caso de caducidade ou alteração dos documentos, o Adjudicatário deverá proceder a nova entrega de documentação.
- i)** Cumprir o previsto pelo do art.º 419-A do CCP aplicável à prestação de serviços por força da remissão operada pelo art.º 451.º n.º2 do CCP.

**2.** A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à boa e atempada execução do Contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**3.** O Adjudicatário é responsável pela aplicação e cumprimento das regras ambientais, de



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

---

segurança e de responsabilidade social, definidas pelo Município de Marco de Canaveses.

### **Artigo 6.º**

#### **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

1. Sempre que o Município de Marco de Canaveses considere necessário, poderá solicitar a entrega dos elementos referentes ao grau de execução do contrato, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar ao Município de Marco de Canaveses e/ou ao Gestor do Contrato, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3. No caso de a análise do Município de Marco de Canaveses, a que se refere o n.º 1, não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o Município de Marco de Canaveses deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário.

4. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Marco de Canaveses, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, o Município de Marco de Canaveses procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6. Caso a análise do Município de Marco de Canaveses a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Adjudicatário com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Município de Marco de Canaveses.

7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

### **Artigo 7.º**

#### **Transferência da propriedade**

1. Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 do artigo anterior, ocorre a



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Marco de Canaveses, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida par além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

### **Artigo 8.º**

#### **Forma de prestação do serviço**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade a acordar entre as partes, reuniões de acompanhamento e de coordenação com os representantes do Município de Marco de Canaveses, das quais serão lavradas atas, as quais serão redigidas pelo Adjudicatário e assinadas por todos os intervenientes na reunião.

2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita, podendo a mesma ocorrer por iniciativa de qualquer dos outorgantes, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião, a enviar com uma antecedência de três dias.

3. O Adjudicatário fica também obrigado a apresentar ao Município de Marco de Canaveses um relatório mensal com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato e um relatório anual com a síntese das operações relativas ao ano em causa.

4. No final da execução do contrato, o Adjudicatário deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos no decorrer da execução do contrato.

5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

### **Artigo 9.º**

#### **Conformidade e garantia técnica**

O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Marco de Canaveses em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Adjudicatário e prazos respetivos aplicáveis, aos contratos de aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.





## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

---

### **Artigo 10.º**

#### **Confidencialidade e proteção de dados pessoais**

1. O Adjudicatário obriga-se, durante a vigência do Contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Primeira Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do Contrato ou por causa dele.

2. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do Contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

3. Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pelo Município de Marco de Canaveses, ao abrigo do Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do Município de Marco de Canaveses.

4. O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município de Marco de Canaveses, ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito pela mesma.

5. O Adjudicatário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município de Marco de Canaveses única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do Contrato e, se aplicável, na estrita observância das instruções documentadas que lhe forem impostas pelo Município de Marco de Canaveses para além das previstas nos números 3 e 4 do presente Artigo;
- b) Assegurar que os seus Colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no Contrato e que assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas previstas no Artigo 32.º do regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares, o responsável pelo tratamento e o subcontratante aplicam as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco;
- d) No caso em que seja autorizada pelo Município de Marco de Canaveses a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, ser o único responsável



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, designadamente a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto (Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados), e demais legislações aplicáveis, em particular o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Adjudicatário celebre com outras entidades por si subcontratadas;

- e)** Prestar assistência ao Município de Marco de Canaveses, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, na medida do possível, para o cumprimento das suas obrigações, enquanto responsável pelo tratamento, de resposta aos pedidos de exercício dos direitos do titular de dados previstos no capítulo III do RGPD;
- f)** Prestar assistência ao Município de Marco de Canaveses para assegurar o cumprimento da sua obrigação, enquanto responsável pelo tratamento, de:
  - notificar a CNPD da violação de dados pessoais, sem demora injustificada e, se possível, no prazo máximo de 72 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação de dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares;
  - comunicar, sem demora injustificada, a violação dos dados pessoais ao titular dos dados, sempre que a violação dos dados pessoais possa resultar num risco elevado para os direitos e liberdades das pessoas singulares;
  - efetuar uma avaliação do impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais (avaliação do impacto na proteção de dados);
  - consultar a CNPD, antes de proceder ao tratamento, quando a avaliação de impacto sobre a proteção de dados indicar que o tratamento resultaria num elevado risco na ausência de medidas adotadas pelo responsável pelo tratamento para atenuar o risco;
  - os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pelo Município de Marco de Canaveses, ao abrigo do Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas desta.
- g)** Em caso de cessação da prestação de serviços de tratamento de dados pessoais, apagar todos os dados pessoais tratados por conta do Município de Marco de Canaveses, certificando-o que assim fez, a menos que o direito da União ou de um Estado-Membro exija a conservação dos dados pessoais;
- h)** Disponibilizar ao Município de Marco de Canaveses todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas no RGPD e no presente Caderno



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

---

de Encargos e contribuir para a realização de auditorias, incluindo inspeções, realizadas pelo Município de Marco de Canaveses ou por outro auditor por si mandatado.

6. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “Colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviço ao Adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.

7. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o Município de Marco de Canaveses venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto neste Caderno de Encargos.

### **Artigo 11.º**

#### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas e licenças.

2. Caso o Município de Marco de Canaveses venha a ser demandado por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário terá de indemnizar o Município de Marco de Canaveses de todas as despesas que, em consequência, este haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

### **Artigo 12.º**

#### **Requisitos sustentáveis mínimos**

1. O Adjudicatário terá a responsabilidade de disponibilizar em diversos pontos da instalação de apoio, recipientes para a recolha diferenciada de papel, embalagens, vidro, biorresíduos e resíduos indiferenciados e proceder à remoção e à valorização dos mesmos de acordo com as Boas Práticas da Gestão Ambiental.

2. O Adjudicatário terá a responsabilidade de assegurar que os materiais utilizados foram fabricados em pleno respeito pelos princípios éticos e proteção do trabalhador, nomeadamente, os princípios constantes da Convenção da Organização Internacional do Trabalho.

### **Artigo 13.º**

#### **Preço base**

1. Nos termos do previsto no nº 1 do artigo 47.º do CCP, o montante máximo que o Município de



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

Marco de Canaveses se dispõe a pagar pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, é de 26 382 367 € (vinte e seis milhões trezentos e oitenta e dois mil e trezentos e sessenta e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo o mesmo ao prazo de 10 (dez) anos.

2. Perante a possibilidade de prorrogação contratual, o valor máximo a pagar anualmente pelas prestações objeto de contrato não poderá ser superior a 2 638 237 € (dois milhões seiscentos e trinta e oito mil e duzentos e trinta e sete euros), correspondendo para o período de 13 (treze) anos, prazo máximo contratual na situação das prorrogações anuais previstas, a um valor máximo de 34 297 077 € (trinta e quatro milhões duzentos e noventa e sete mil e setenta e sete euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

3. Para efeitos do nº 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi fixado tendo em conta o preço médio atualizado resultante da consulta preliminar ao mercado nos termos do artigo 35.º-A do CCP, ajustado proporcionalmente ao período contratual previsto de 10 anos (Anexo I).

4. O preço referido inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Marco de Canaveses.

### **Artigo 14.º**

#### **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Marco de Canaveses devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.

2. Para efeitos do nº. 1, a obrigação considera-se vencida no último dia de cada mês e uma vez comprovadamente executados os correspondentes serviços.

3. As faturas devem detalhar inequivocamente todos os bens e serviços nas respetivas quantidades, preços e outras referências quer permitam prontamente relacionar os bens e serviços propostos com os faturados.

4. Em caso de discordância por parte do Município de Marco de Canaveses quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.

5. Só serão efetuados pagamentos após a emissão do visto prévio ou da declaração de conformidade pelo Tribunal de Contas.



## Câmara Municipal de Marco de Canaveses

---

### Artigo 15.º

#### Revisão de Preços

1. Os preços contratuais são objeto de revisão anual pela aplicação da seguinte fórmula:

$$P_N = P_0 \times C_N$$

sendo:

$P_N$  – preço revisto, aplicável ao ano N a que respeitam as respetivas faturas

$P_0$  – preço na data da apresentação da proposta

$C_N$  – coeficiente de atualização de preços.

2. O coeficiente de atualização de preços é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$C_N = [0,55 \times (S_N/S_0)] + [0,15 \times (G_N/G_0)] + [0,02 \times (E_N/E_0)] + [0,28 \times (IPC_N/IPC_0)]$$

sendo:

$C_N$  – coeficiente de atualização de preços

$S_N$  – Índice global ponderado dos salários no Continente, relativo ao mês de janeiro do ano a que respeita a revisão;

$S_0$  – Índice global ponderado dos salários no Continente, relativo ao mês da data da entrega da proposta;

$G_N$  – Índice do custo do gasóleo, relativo ao mês de janeiro do ano a que respeita a revisão;

$G_0$  – Índice do custo do gasóleo, relativo ao mês da data da entrega da proposta;

$E_N$  – Preços médios do kW industrial de energia elétrica, relativo ao mês de janeiro do ano a que respeita a revisão;

$E_0$  – Preços médios do kW industrial de energia elétrica, relativo ao mês da data da entrega da proposta;

$IPC_N$  – índice de preços no consumidor, exceto habitação, referente ao Continente, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística relativo ao mês de janeiro do ano a que respeita a revisão;

$IPC_0$  – índice de preços no consumidor, exceto habitação, referente ao Continente, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, para o mês da data de entrega da proposta.

3. É da responsabilidade do Adjudicatário o cálculo justificativo da revisão de preços correspondente a cada ano, o qual deve ser submetido à aprovação do Município de Marco de Canaveses ou seu representante antes de ser emitida a respetiva fatura.

4. O Adjudicatário deve proceder à revisão de preços, quer esta lhe seja favorável, quer seja favorável ao Município de Marco de Canaveses (caso em que  $C_N$  seja inferior a 1,0000).



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

---

### **Artigo 16.º**

#### **Fatura Eletrónica**

1. No âmbito da execução do contrato as faturas a emitir serão eletrónicas como estabelecido no Artigo 299.º- B do CCP.
2. As faturas eletrónicas deverão respeitar a legislação em vigor.

### **III. Penalidades Contratuais e Resolução**

### **Artigo 17.º**

#### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, por facto imputável ao Adjudicatário, o Município de Marco de Canaveses poderá aplicar uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento dos serviços contratados e/ou pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos serviços definidos para os mesmos, até 5% do preço contratual;
  - b) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos relatórios devidos e das reuniões de coordenação agendadas, até 1% do preço contratual;
  - c) Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Marco de Canaveses pode ainda exigir ao Adjudicatário o pagamento de penas pecuniárias decorrentes das regras gerais de direito pelo incumprimento das demais obrigações, designadamente as dispostas no presente caderno de encargos, às quais ficará vinculado no decorrer do contrato, até 5% (cinco por cento) do preço contratual em função da gravidade do incumprimento.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, o Município de Marco de Canaveses pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 25% do preço contratual;
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Marco de Canaveses tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. Os montantes das penalidades referidas no n.º 1 são atualizados pelo coeficiente de revisão de preços CN, calculado conforme indicado no artigo 15º deste caderno de encargos.
6. As penalidades aplicadas são liquidadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

em que o Adjudicatário tiver sido notificado da sua aplicação, sem prejuízo do ponto seguinte.

**7.** O Município de Marco de Canaveses pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.

**8.** As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o Município de Marco de Canaveses exija uma indemnização pelo dano excedente.

**9.** O Município de Marco de Canaveses emitirá um documento, referente ao valor das penalizações, a descontar na faturação do Adjudicatário ou na caução.

**10.** Caso não existam faturas que permitam efetuar o desconto da penalização, o Adjudicatário fica obrigado à liquidação da dívida.

### **Artigo 18.º**

#### **Força maior**

**1.** Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

**2.** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

**3.** Não constituem força maior, designadamente:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;





## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

- 
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Artigo 19.º**

#### **Resolução por parte do Município de Marco de Canaveses**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Marco de Canaveses pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na execução do objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada obrigação excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Marco de Canaveses.
3. Para efeitos do número anterior, o exercício do direito de resolução tem lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Adjudicatário, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.
4. O exercício do direito de resolução não libera o Adjudicatário do dever de satisfazer as solicitações do Município de Marco de Canaveses, efetuadas no âmbito do Contrato, recebidas até à data da resolução.
5. O exercício do direito de resolução não prejudica a aplicação das sanções previstas no presente caderno de encargos e Contrato.

### **Artigo 20.º**

#### **Resolução por parte do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de três meses.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.





## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

3. Nos casos previstos no nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Marco de Canaveses que produz efeitos 30 dias (trinta) após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

### **Artigo 21.º**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A cessão da posição contratual e subcontratação pelo Adjudicatário no contrato, bem como no decurso da execução do Contrato, carecem de autorização do Município de Marco de Canaveses, no quadro dos limites e termos previstos, designadamente, nos artigos 316.º a 323.º do CCP.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta devidamente fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação no próprio contrato, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 e n.º 4 do artigo 318.º do CCP, respetivamente.

### **Artigo 22.º**

#### **Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

O Contrato a celebrar preverá, em caso de incumprimento pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a cedência da sua posição contratual, à luz da previsão do artigo 318.º-A do CCP.

## **IV. Caução e Seguros**

### **Artigo 23.º**

#### **Execução da caução**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo Município de Marco de Canaveses, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:

a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no contrato;



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

- b)** Prejuízos incorridos pelo contraente público, por força do incumprimento do contrato;
- c)** Importâncias fixadas no contrato a título de cláusulas penais.

2. A execução parcial ou total de caução prestada pelo Adjudicatário implica a renovação do respetivo valor, no prazo de 15 dias após a notificação do Município de Marco de Canaveses para esse efeito.

3. A execução indevida da caução confere ao Adjudicatário o direito a indemnização pelos prejuízos daí advenientes.

4. A resolução do contrato pelo Município de Marco de Canaveses não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

5. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Artigo 24.º**

#### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Adjudicatário assegurar a existência e a manutenção em vigor de apólices de seguro necessárias e exigíveis pela legislação aplicável, de modo a garantir uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos associados à execução do objeto do contrato, cobrindo, nomeadamente, os seguintes riscos:

- a)** Seguro de acidentes de trabalho, conforme legislação em vigor, para todo o pessoal da sua equipa envolvida na prestação de serviços à entidade adjudicante, incluindo subAdjudicatários, tarefeiros, consultores ou quaisquer outros que venham a integrar o pessoal, em qualquer altura, desde que autorizados pela entidade adjudicante;
- b)** Seguro de responsabilidade civil automóvel, conforme legislação em vigor, para as viaturas que venham a circular nos locais de trabalho ao serviço do Adjudicatário;
- c)** Seguro de responsabilidade civil profissional que:
  - c.1) garanta o pagamento das indemnizações devidas por danos patrimoniais e não patrimoniais em consequência de quaisquer falhas, erros ou omissões cometidas no exercício da sua atividade e que sejam causados a pessoas ou bens de terceiros;
  - c.2) contemple a figuração como terceiro do Município de Marco de Canaveses;
  - c.3) tenha um capital seguro mínimo de 2 500 000 €;
  - c.4) contenha menção da seguradora de que o mesmo não pode ser anulado, modificado nem restringido nas suas condições sem o prévio e expreso acordo da entidade adjudicante.
- d)** Seguro de danos próprios de materiais, equipamentos, viaturas e instalações, garantindo os riscos de danos próprios relativos aos meios auxiliares que vier a utilizar, incluindo bens



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

---

imóveis, armazéns e oficinas, viaturas e outros equipamentos fixos ou móveis;

**e) Seguro de responsabilidade civil extracontratual que:**

- e.1) garanta custos de limpeza ou dano corporal ou material de terceiros, decorrentes de condições poluentes que sejam resultantes da atividade;
- e.2) garanta danos ambientais que sejam resultantes da atividade do segurado ou de transporte realizado no âmbito da sua atividade;
- e.3) garanta custos de prevenção decorrentes dos anteriormente referidos;
- e.4) tenha um capital seguro mínimo de 500 000 €.

2. Os seguros indicados devem manter-se válidos até ao final do período da prestação dos serviços, obrigando-se o Adjudicatário ao cumprimento rigoroso do pagamento de prémios e a apresentar sempre que forem renovados ou solicitados pelo Município de Marco de Canaveses, ou seus representantes, os respetivos comprovativos.

3. Os encargos com os seguros referidos são da conta do Adjudicatário, incluindo qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável.

4. O Adjudicatário deve apresentar ao Município de Marco de Canaveses, para aprovação, e no prazo de 10 (dez) dias após a data de notificação de adjudicação, cópia, duplicado ou fotocópia das apólices de seguros mencionadas no n.º 1.

5. Os seguros indicados em nada diminuem ou restringem as obrigações contratuais do Adjudicatário perante o Município de Marco de Canaveses, e a sua contratação e manutenção em vigor não exime o Adjudicatário da sua obrigação de indemnizar pelos prejuízos não cobertos relativos aos sinistros por que seja responsável.

6. Em conformidade com as condições contratuais, e também no tocante aos seguros exigidos, o Adjudicatário é responsável pelos seus subAdjudicatários e tarefeiros.

7. O Município de Marco de Canaveses pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

## **V. Disposições Finais**

### **Artigo 25.º**

#### **Outros encargos**

Todas as despesas derivadas da prestação de cauções, da emissão de seguros, quando a eles houver lugar, são da responsabilidade do Adjudicatário.



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

---

### **Artigo 26.º**

#### **Resolução de Litígios**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Artigo 27.º**

#### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Artigo 28.º**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Artigo 29.º**

#### **Legislação Aplicável**

Em tudo o que não esteja especificado no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações subsequentes, e demais legislação aplicável.



## **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**

CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO



## Câmara Municipal de Marco de Canaveses

### ANEXO

#### CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO

A consulta preliminar ocorreu em Julho de 2022, tendo por base um período de execução da prestação de serviços de 8 anos tendo sido consultadas as seguintes entidades:

##### 1) PREZERO- Julho de 2022

Artigo	Descrição	Quantidade ESTIMADAS para 8 anos	Unidade	Preço unitário	Valor global
1.º	Recolha e transporte de resíduos indiferenciados, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição.	147 856,00	ton	64,25 €	9 499 748,00 €
2.º	Recolha e transporte de Monos e Monstros.	61,00	Ton.	64,25 €	3 919,25 €
3.º	Varredura manual, limpeza e lavagem incluindo todos os elementos e ferramentas necessárias à sua perfeita execução e ainda a respetiva manutenção, lavagem e substituição de papeleiras por atos de vandalismo, degradação e outros.	199 840,00	horas	22,54 €	4 504 393,60 €
4.º	Varredura e lavagem Mecânica de arruamentos	16 640,00	hora	66,75 €	1 110 720,00 €
5.º	Recolha e transporte de resíduos bioresíduos, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição. (sem dados concretos).	96,00	mês	24 275,00 €	2 330 400,00 €
6.º	Recolha e transporte de Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), inclui os abandonados nas vias.	24,00	ton	64,25 €	1 542,00 €
7.º	Recolha e transporte de Resíduos Verdes (RV), inclui os abandonados nas vias.	552,00	Ton.	64,25 €	35 466,00 €
8.º	Fornecimento e instalação de sistemas de fixação de contentores, e respetiva manutenção, incluindo substituição em caso de vandalismo, degradação ou outros, que inviabilizem o seu uso.	160,00	un	312,00 €	49 920,00 €
9.º	Fornecimento e instalação de papeleiras de 40 litros, incluindo manutenção, lavagem e substituição por atos de vandalismo, degradação ou outros.	100,00	un	175,00 €	17 500,00 €
10.º	Realização de campanhas de sensibilização e Educação Ambiental, duas por ano	16,00	un	7 850,00 €	125 600,00 €
					<b>17 679 208,85 €</b>

Ao preço acresce o IVA à taxa legal em vigor.



## Câmara Municipal de Marco de Canaveses

### 2) FCC-Environment S.A.- Julho 2022

Artigo	Descrição	Quantidade ESTIMADAS para 8 anos	Unidade	Preço unitário
1.º	Recolha e transporte de resíduos indiferenciados, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição.	147 856	ton	60,20 €
2.º	Recolha e transporte de Monos e Monstros.	61	Ton.	60,20 €
3.º	Varredura manual, limpeza e lavagem incluindo todos os elementos e ferramentas necessárias à sua perfeita execução e ainda a respetiva manutenção, lavagem e substituição de paleleiras por atos de vandalismo, degradação e outros.	199840	horas	22,00 €
4.º	Varredura e lavagem Mecânica de arruamentos	16640	hora	65,00 €
5.º	Recolha e transporte de resíduos bioresíduos, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição. (sem dados concretos) (*)	54720	ton	60,20 €
6.º	Recolha e transporte de Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), inclui os abandonados nas vias.	24	ton	60,20 €
7.º	Recolha e transporte de Resíduos Verdes (RV), inclui os abandonados nas vias.	552	Ton.	60,20 €
8.º	Fornecimento e instalação de sistemas de fixação de contentores, e respetiva manutenção, incluindo substituição em caso de vandalismo, degradação ou outros, que inviabilizem o seu uso.	160	un	280,00 €
9.º	Fornecimento e instalação de paleleiras de 40 litros, incluindo manutenção, lavagem e substituição por atos de vandalismo, degradação ou outros.	100	un	250,00 €
10.º	Realização de campanhas de sensibilização e Educação Ambiental, duas por ano	16,00	un	5 800,00 €
<b>Nota:</b> - (*) Caso as quantidades definidas para este item não se concretizarem, a FCC a faturará o remanescente correspondente à capacidade instalada definida para 3 equipas, sendo este valor de 3 294 144,00€, correspondente ao total dos 8 anos. - Esta consulta não contempla a aquisição do atual parque de contentores (2247 UN, com valor estimando de 370 755,00€).				





## Câmara Municipal de Marco de Canaveses

### 3) SUMA- Julho 2022

ARTIGO	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS RELEVANTES
1	Descrição do Item	0	0			
2	1º - Recolha e Transporte e Resíduos Indiferenciados, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição.	147 856	ton	64,00	€ 9 462 784,00	De acordo com ponto II.1 das Condições Técnicas
3	2º Recolha e Transporte de Monos e Monstros	488	ton	64,00	€ 31 232,00	
4	3º Varredura manual, limpeza e lavagem incluindo todos os elementos e ferramentas necessárias à sua perfeita execução e ainda a respetiva manutenção, lavagem e substituição de papelarias por atos de vandalismo, degradação e outros.	199 840	hora	23,50	€ 4 696 240,00	De acordo com ponto II.2 das Condições Técnicas
5	4º Varredura e lavagem mecânica de arruamentos	16 640	hora	73,00	€ 1 214 720,00	De acordo com ponto II.2 das Condições Técnicas
6	5º Recolha e Transporte de Biorresíduos, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição. (sem dados concretos)	54 720	ton	141,00	€ 7 715 520,00	Recolha porta-a-porta em grandes produtores e/ou na via pública em contentores de 360L
7	6º Recolha e transporte de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), incluindo os abandonados nas vias.	192	ton	64,00	€ 12 288,00	
8	7º Recolha e Transporte de Resíduos Verdes (RV), inclui os abandonados nas vias.	552	ton	64,00	€ 35 328,00	
9	8º Fornecimento e instalação de sistemas de fixação de contentores, e respetiva manutenção, incluindo substituição em caso de vandalismo, degradação ou outros, que inviabilizem o seu uso.	160	un	398,00	€ 63 680,00	
10	9º Fornecimento e instalação de papelarias de 40 litros, incluindo manutenção, lavagem e substituição por atos de vandalismo, degradação ou outros.	100	un	307,00	€ 30 700,00	
11	10º Realização de Campanhas de Sensibilização e Educação Ambiental, duas por ano.	16	un	35 000,00	€ 560 000,00	
12	11º - Extirpação de Ervas e Limpeza Bermas	96	mês	9 000,00	€ 864 000,00	De acordo com alíneas C) e G) do ponto II.2 das Condições Técnicas
13	12º - Piquete de Intervenção	96	mês	3 000,00	€ 288 000,00	De acordo com ponto II.3 das Condições Técnicas
TOTAL					€ 24 974 492,00	





## Câmara Municipal de Marco de Canaveses

### 4- ECOAMBIENTE- Julho de 2022

Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
Recolha e transporte de resíduos indiferenciados, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição	147856,00	Ton.	62,00 €	9 167 072,00 €
Recolha e transporte de Monos e Monstros	61,00	Ton.	500,00 €	30 500,00 €
Varredura manual, limpeza e lavagem incluindo todos os elementos e ferramentas necessárias à sua perfeita execução e ainda a respetiva manutenção, lavagem e substituição de papéis por atos de vandalismo, degradação e outros	199840,00	Horas	13,50 €	2 697 840,00 €
Varredura e lavagem Mecânica de arruamentos	16640,00	Horas	46,50 €	773 760,00 €
Recolha e transporte de resíduos bioresíduos, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição. (sem dados concretos)	54720,00	Ton.	150,00 €	8 208 000,00 €
Recolha e transporte de Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), inclui os abandonados nas vias	24,00	Ton.	500,00 €	12 000,00 €
Recolha e transporte de Resíduos Verdes (RV), inclui os abandonados nas vias	552,00	Ton.	500,00 €	276 000,00 €
Fornecimento e instalação de sistemas de fixação de contentores, e respetiva manutenção, incluindo substituição em caso de vandalismo, degradação ou outros, que inviabilizem o seu uso	160,00	Un.	135,00 €	21 600,00 €
Fornecimento e instalação de papéis de 40 litros, incluindo manutenção, lavagem e substituição por atos de vandalismo, degradação ou outros	100,00	Un.	350,00 €	35 000,00 €
Realização de campanhas de sensibilização e Educação Ambiental, duas por ano	16,00	Un.	5 000,00 €	80 000,00 €
Aos preços supramencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor				<u>21 301 772,00 €</u>